

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA PARA A SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS NO CENÁRIO COMPETITIVO

A. R. N. MEDEIROS

Estudante do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN
Estudante do Curso de Direito – UERN-RN
Rua Alameda Antartica, Condomínio Bairro Latino bl. 29 ap 304
Candelária CEP 59.064-800 Natal -RN
E-mail: kkreginam@hotmail.com

B. F. PEDROZA

Estudante do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN
Rua Pedro Guimarães, 265 Cidade Verde CEP 59.150-000 Parnamirim-RN
E-mail: barbarella076@hotmail.com

H. S. S. ARAÚJO

Estudante do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN
Estudante do Curso de Administração – UFRN-RN
Rua Ivo Furtado, 76 Cidade Nova CEP 59.072-580 Natal-RN
E-mail: hamonaisa@hotmail.com

M. C. C. S. LEITÃO

Estudante do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN
Estudante do Curso de Administração – UFRN-RN
Rua das Orquídeas, 746 Mirassol CEP 59.078-170 Natal-RN
E-mail: marconihot@hotmail.com

W. C. SIMÕES

Estudante do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior – CEFET-RN
Estudante do Curso de Ciências Econômicas – CEFET-RN
Av. Ayrton Sena, 1823 Nova Parnamirim CEP 59.150-000 Parnamirim-RN
E-mail: wanessacomex@hotmail.com

RESUMO

Atualmente, o planejamento financeiro, aliado a boas práticas de Gestão, incluindo a gestão Financeira, se mostra como um instrumento de sobrevivência e competitividade em uma indústria, uma vez que alocar os recursos adequadamente favorece a produtividade e auxilia a administração do capital de giro das empresas. Portanto, gerenciar o fluxo de caixa realizando corretamente a análise das demonstrações financeiras e a execução eficaz de estratégias de gestão de ativos circulantes (estoques, contas a receber, caixa e aplicações financeiras de curto prazo) e passivos circulantes (fornecedores, contas a pagar e despesas) objetivam alcançar a lucratividade e reduzir ao mínimo os possíveis riscos, mesmo que para isso seja necessário uma alavancagem do capital da empresa. Para a realização deste artigo, a metodologia utilizada é do tipo exploratório-descritiva, com pesquisas bibliográficas e de campo, neste último caso foi realizada uma entrevista com uma empresa norte-rio-grandense por meio de um questionário semi-estruturado. Ao final do trabalho, estima-se dar oportunidades de novos conhecimentos aos segmentos acadêmico e empresarial sobre o referido tema, bem como o fornecimento de sugestões para o melhoramento de tais ferramentas na Empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Fluxos de Caixa; Capital de Giro; Gestão Financeira.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo irá versar sobre a atuação da gestão financeira enquanto ferramenta de auxílio para as empresas. O conhecimento adequado nesta área resulta em uma redução dos riscos gerenciais na área financeira da empresa, proporcionando a ela um planejamento sensato e responsável.

Por estar vinculado e sob influência de uma esfera bem maior que a da empresa, mister é correlacionar aspectos referentes à transferência de dinheiro entre indivíduos, empresas e órgãos governamentais com conceitos amplamente veiculados na mídia tais como: mercado financeiro, linhas de crédito, financiamento, investimento, captação de fundos, concessão de créditos, títulos, lucro líquido, bolsa de valores e é aí em que poder-se-á diferenciar os bons dos maus gestores financeiros.

No caso da atuação empresarial no mercado internacional, a situação do administrador financeiro se torna mais complexa ainda, uma vez que ele deverá conhecer as práticas legislativas das transações comerciais e financeiras das diferentes nações parceiras, bem como deverá estar capacitado no manuseio das diferentes moedas que irão estar presentes no fluxo de caixa da empresa.

É pelo fato de atestar a importância da gestão financeira carregada de todas as suas minúcias que pretendemos, por meio de uma pesquisa bibliográfica esclarecer os principais pontos inseridos nesta temática tão amplamente discutida e tão escassamente compreendida. Por meio desta pesquisa, pretendemos acima de tudo valorizar o profissional da área de gestão financeira, essencial para o andamento correto e adequado da mesma.

É muito comum hoje em dia, ao utilizarmos os meios de comunicação, tais como Tv e Internet, nos depararmos com expressões como: mercado financeiro, linhas de crédito, financiamento, investimento, captação de fundos, concessão de créditos, títulos, lucro líquido, bolsa de valores entre outras tantas que deixam confusos e ao mesmo tempo curiosos o público em entender o funcionamento desse conjunto de peças que montam uma máquina chamada finanças.

De acordo com a enciclopédia Wikipedia, na Internet, finanças é a arte e a ciência da gestão do dinheiro. Apresenta como campo de estudo as instituições e os mercados financeiros bem como o funcionamento dos seus sistemas, tanto dentro de uma nação quanto no mercado internacional. Já para o dicionário eletrônico Houaiss esta possui um significado mais sucinto, definido como a ciência e atividade do manejo do dinheiro ou de títulos que o representem, em especial com relação ao Estado.

Portanto, a área financeira, com toda a sua dinamicidade, atrelada ao desenvolvimento tecnológico e econômico se constitui atualmente como peça fundamental na gestão de uma empresa, seja ela financeira ou não financeira, privadas ou públicas, grandes ou pequenas, com ou sem fins lucrativos; a Gestão Financeira está presente em uma esfera maior, relacionada à transferência de dinheiro entre indivíduos, empresas e órgãos governamentais.

2. A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E AS EMPRESAS

A atividade de um administrador financeiro está intimamente ligada, portanto, ao planejamento, concessão de crédito a clientes, avaliação de projetos de investimentos e captação de fundos para financiar as operações da empresa em que atua. Entretanto, têm-se observado nos últimos anos uma globalização das atividades empresariais, em especial o comércio internacional, no sentido de expandir seus negócios, sua produção e seus investimentos para sobreviver no mercado mundial cada vez mais competitivo. Isso tem tornado a atividade do administrador financeiro mais complexa, uma vez que, há a necessidade de se capacitar no âmbito da gestão de fluxos de caixa em diversas moedas, bem como no tocante a legislação e práticas das transações comerciais e financeiras dos países com os quais se relacionam ou para qual se pretenda se relacionar.

Há uma questão que não deve ser esquecida no que concerne à compreensão da teoria financeira já que seus conceitos, técnicas e práticas, formam um conjunto de elementos que devem ser estendidos a todos os administradores, independente de sua especialização. Todos estes em conjunto com o financeiro objetivam conseguir recursos necessários para realizar suas atividades sejam elas de produção, marketing, recursos humanos, contabilidade, pesquisa e desenvolvimento e assim por diante, como mostra GITMAN (2004):

“Não há dúvida de que os administradores que compreenderem o processo decisório na área financeira estarão mais capacitados a tratar de questões financeiras e, portanto, conseguirão obter mais facilmente os recursos de que necessitam para atingir seus objetivos”.

A necessidade de recursos é uma realidade para toda e qualquer organização a fim de que ela possa se manter no mercado, que se apresenta tão voraz nos dias de hoje. E os fundos desempenham, porém, a função de supridores de recursos de relevante importância para as empresas que necessitam permanentemente dos mesmos.

Mas onde encontrar as fontes desses recursos? Bem, existem diversas maneiras de obtê-los, porém, as principais são, através dos mercados e instituições financeiras. As primeiras não se tratam necessariamente de um local físico onde fornecedores e demandantes se encontram, mas sim, fóruns organizados onde estes transacionam mesmo sem estar na presença um do outro. Os mercados financeiros mais comuns são os mercados monetários e os mercados de capitais.

As instituições financeiras, representadas principalmente por bancos comerciais e de investimentos, fundos de pensão e de investimentos e outros, se apresentam como “atravessadores” de poupanças de seus principais fornecedores, pessoas físicas, repassando esses valores para os demandantes líquidos, as empresas e até mesmo o governo. Como vemos segundo GITMAN (2004):

“As instituições financeiras atuam como intermediárias, promovendo a canalização das poupanças de indivíduos, empresas e órgãos do governo para empréstimos ou aplicações”.

Para que as empresas consigam obter recursos junto aos seus fornecedores de fundos, sendo eles acionistas e/ou credores, estas precisam elaborar e divulgar os resultados de suas operações ao longo do tempo, com o intuito de observar a saúde financeira da organização e saber se esta é capaz de saldar seus compromissos. Faz-se necessário também o uso desses resultados pelos próprios administradores da empresa com o objetivo de acompanhar o andamento da mesma. No caso da empresa pesquisada, verificou-se que o financiamento de suas atividades é oriundo de recursos próprios e, em alguns casos, é requerido o financiamento com capital externo.

Os resultados das operações de uma empresa são de relevante importância para os interessados no desempenho da organização, uma vez que pelos motivos supracitados levam a mesma ao sucesso. Tais resultados se concentram basicamente em dois tipos de demonstrações financeiras, a demonstração do resultado de exercício e o balanço patrimonial. A primeira nos mostra, de forma resumida, o resultado operacional ao longo de um período pré-determinado, geralmente de um ano. O segundo nos fornece informações acerca do posicionamento da empresa num certo momento, uma vez que ele iguala os ativos aos passivos pertencentes à empresa.

Entretanto, a Demonstração do Resultado de Exercício, bem como o Balanço Patrimonial se fazem elementares, e por si só não são suficientes para indicar o desempenho financeiro da empresa junto às suas concorrentes, além de não proporcionar uma análise financeira, cautelosa ao longo de sucessivos períodos. Para suprir essa necessidade foram desenvolvidos os chamados índices financeiros, calculados a partir de informações contidas nas Demonstrações do Resultado de Exercício e dos Balanços Patrimoniais. Como destaca GITMAN (2004):

“A análise de índices envolve métodos de cálculo e interpretação de índices financeiros visando analisar e acompanhar o desempenho da empresa. Os elementos básicos dessa análise são a demonstração de resultados e o balanço patrimonial.”

Os índices financeiros são capazes de medir o grau de risco e retorno dependendo de sua proposta. Categoricamente, se agrupam de acordo com o âmbito para o qual foram criados, basicamente sendo classificados por índices de: liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade e valor de mercado.

Os índices de liquidez determinam a capacidade da empresa saldar suas dívidas de curto prazo a medida que vencem. Estes índices apontam também para a posição de uma empresa no que tange a falência, uma vez que este indicador, ao apresentar valores cada vez menores informam problemas crescentes no fluxo de caixa da empresa. Os principais índices desta categoria são o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez seca.

Os índices de atividade são utilizados para medir em específico a velocidade com que determinadas contas do ativo e passivo circulante são convertidas em vendas, isto é, entrada e saída de caixa. Existem diversos tipos de índices de atividade, porém os mais usados são o giro de estoques, o prazo médio de recebimento, o prazo médio de pagamento e o giro do ativo total.

Índices de endividamento servem para visualizar a quantidade de capital de terceiros usado para gerar lucros. Tais índices são muito importantes para atuais e futuros fornecedores de recursos financeiros, já que eles mostram informações relativas ao pagamento de dívidas de custo fixo. Um importante fato a respeito desses índices é que estes determinam o grau de alavancagem financeira, uma vez que quanto maior os investimentos por parte de terceiros mais se ampliam o risco e o retorno causado pelo financiamento. Os índices mais comuns relativos ao

endividamento são: índice de endividamento geral, índice de cobertura de juros e o índice de cobertura de pagamentos fixos (ou pré-fixados).

Para medir a lucratividade de uma empresa e saber se esta é de fato boa para investir é necessário usar os índices de Rentabilidade. Esses índices são produzidos através da comparação de suas vendas, seus ativos e ao volume de capital investido pelos acionistas. Desta classificação, os índices mais importantes são: a margem de lucro bruto, a margem de lucro operacional, margem de lucro líquido, o lucro por ação (LPA), o retorno do ativo total (ROA) e o retorno do capital próprio (ROE).

Por último, discorremos a respeito dos índices de valor de mercado, estes apontam para as expectativas dos investidores em termo de desempenho passado e futuro no que concerne ao risco e retorno do investimento. Relacionam o valor de mercado da empresa medido pelo preço corrente da ação a certos valores contábeis. Os índices mais importantes dessa categoria são o índice preço/ lucro (P/L), índice preço/ valor patrimonial (P/V).

Em termos de tomadas de decisão, salienta-se que toda empresa que queira se manter no competitivo mercado, nacional e internacional, não deve prescindir de um planejamento financeiro que vislumbre um objetivo por ela almejado, bem como as formas de conquistá-lo tendo em mãos seus recursos presentes e futuros.

Antes de iniciar o estudo sobre planejamento financeiro, cabe tecer comentários sobre o conceito de fluxo de caixa. Como muito bem diz GITMAN (2004), o fluxo de caixa é o tema de preocupação básica do administrador financeiro, tanto para a gestão das finanças diárias quanto no planejamento e na tomada de decisões estratégicas voltadas a criação de valor para o acionista.

Constituindo na entrada e na saída dos recursos financeiros, facilitando a administração dos compromissos, os fluxos de caixa podem ser divididos em fluxo de caixa operacional, de investimento e de financiamento.

Enquanto o fluxo de caixa operacional preocupa-se em especificar as entradas e saídas relacionadas às vendas e à produção de bens e serviços pela empresa, inserindo a Demonstração do Resultado do Exercício e as Contas do Ativo Circulante, o fluxo de caixa de investimento relaciona a compra e venda dos ativos imobilizados, bem como as participações em outras empresas. No caso do fluxo de financiamento, este trata das movimentações financeiras dos empréstimos e de capitais de terceiros.

Além desses, deve-se salientar ainda a importância de se obter um fluxo de caixa livre que é aquele que especifica o volume do fluxo de caixa disponível para os investidores após o cumprimento de todos os pagamentos e necessidades operacionais. Seu resultado representa o fluxo de caixa restante, líquido, disponível para os credores e proprietários durante o período em questão.

Sendo instrumento do planejamento financeiro, o fluxo de caixa permite a este avaliar o grau de viabilidade de determinado projeto. Este planejamento pode ser um planejamento de caixa ou um planejamento de resultados.

Do primeiro entende-se como sendo a elaboração do orçamento do fluxo de caixa. Este orçamento permitirá, pelo gestor financeiro, a suposição da quantidade de recursos a serem utilizados em certa atividade. Assim, para consecução de um orçamento, faz-se necessário apenas saber o que deverá ser realizado pela empresa e o montante necessário para se efetivar essa realização.

No que tange ao planejamento de resultados, esse envolve a elaboração de demonstrações projetadas, ou seja, as projeções da demonstração do resultado do exercício e do balanço patrimonial.

Apoiado no regime de competência para projetar o lucro e a posição financeira geral da empresa, esse planejamento permite que, após sua análise, sejam tomadas as providências para ajustar as atividades planejadas, objetivando, assim, atingir as metas financeiras de curto prazo. Disto, discorre-se que sua utilização estabelece a confirmação ou não de se realizar os planos financeiros da empresa para o ano seguinte.

A Alavancagem de uma empresa se constitui como um importante fator na tomada de decisão através do uso de ativos ou fundos, a custo fixo, para multiplicar retornos aos proprietários da empresa. O grau com que a alavancagem é realizada na estrutura de capital interfere diretamente sobre o retorno e risco. A estrutura de capital compreende a combinação de capital de terceiros de longo prazo, inserido no passivo de um balanço patrimonial, mais precisamente no circulante de longo prazo, bem como com o capital próprio mantido por ela, esta por sua vez colocada no patrimônio líquido do balanço patrimonial.

A alavancagem pode se dar em três esferas, definidas a seguir: alavancagem operacional, alavancagem financeira e uma alavancagem total que compreende as duas primeiras. Com efeito, só deter-se-á na alavancagem operacional

uma vez que esta apresenta maior relevância em questão. Define-se por alavancagem operacional como sendo a possibilidade de uso dos custos operacionais fixos para ampliar os efeitos de variações de vendas sobre o lucro da empresa. Esta por sua vez é determinada em função da relação existente entre as receitas operacionais e o lucro antes de juros e imposto de renda, conhecido como LAJI.

Observa-se em algumas situações que as empresas necessitam, em suas negociações, fazer uso de financiamentos através de diversas alternativas e uma delas se dá através do Leasing Financeiro, o qual é definido como uma alternativa de financiamento de bens, de longo prazo, que atendam às necessidades das empresas, não se restringindo a nenhum tipo de bem específico. Essas operações são regulamentadas pelo Banco Central do Brasil e possuem legislação própria. Durante a operação, a empresa arrendadora (empresa de leasing financeira) assume o risco financeiro da operação, porém, repassa todos os demais riscos relativos a obsolescência tecnológica para o cliente final (arrendatário). Este assume todos os direitos e obrigações relativas ao bem arrendado, apenas não detendo a sua propriedade enquanto o contrato não se encerrar. No Leasing Financeiro, ao final do arrendamento, os bens ficam de posse do arrendatário que deverá ativá-los pelo Valor Residual Garantido (VRG).

Um dos grandes desafios para o administrador está na determinação competitiva do preço de venda do produto, já que esse estabelecimento exige do empresário o conhecimento dos componentes que dão origem ao preço de venda. A definição da estrutura de custos é parcela importante neste processo, uma vez que possibilitará ao administrador saber quanto lucrou. Muitas empresas não apuram seus custos e despesas de maneira precisa e os preços de venda são obtidos empiricamente. Essa prática mascara os custos e o lucro da empresa, acarretando diversos problemas, tais como: preço de venda abaixo do real, o que diminui os lucros da empresa; preço de venda acima do real, o que dificulta as vendas; fabricação de produtos que dão pouco lucro em detrimento de outros mais rentáveis, ocasionando má alocação dos recursos; esforço de venda não orientado para produtos mais lucrativos; dificuldades para identificar e fixar ações para redução de custos e despesas, o que poderá levar a empresa a operar com custos e despesas mais altos do que deveria.

Como consequência de um ou mais desses problemas, a empresa terá um lucro e uma rentabilidade menor, constituindo-se numa ameaça ao seu crescimento e até à sua própria estabilidade econômico-financeira. Entretanto, é preciso ter em mente que numa economia de mercado, quem define o preço de venda é o mercado.

Para decidir sobre fazer um investimento em qualquer que seja a empresa, os administradores se utilizam de mecanismos que facilitam a decisão sobre investir ou não na empresa estudada, para isso vários mecanismos são conhecidos tais como: o valor presente líquido (VPL), pay-back descontado, anuidade uniforme equivalente, custo anual equivalente, índice custo benefício, taxa interna de retorno e outros.

O Valor Presente Líquido - VPL (NPV - "*Net Present Value*" em inglês) é um método padrão nas finanças para o orçamento de capitais - planejamento de investimentos a longo prazo. Usando o método VPL um projeto de investimento potencial deve ser empreendido se o valor presente de todas as entradas de caixa menos o valor presente de todas as saídas de caixa (que iguala o valor presente líquido) for maior que zero. Se o VPL for igual a zero, o investimento é indiferente, pois o valor presente das entradas é igual ao valor presente das saídas de caixa; se o VPL for menor do que zero, significa que o investimento não é economicamente atrativo, já que o valor presente das entradas de caixa é menor do que o valor presente das saídas de caixa.

Payback Descontado- é quase o mesmo que o *payback*, mas antes de calculá-lo, primeiro é descontado seu fluxo de caixa; reduz-se os pagamentos futuros pelo seu custo de capital.

A técnica do custo anual equivalente (ou custo mensal equivalente) ou, simplesmente, custo equivalente, consiste em transformar uma sequência de desembolsos e receitas de um determinado projeto em séries uniformes e escolher aquela na qual o benefício anual é o maior. Como parte do lucro normalmente é consumido pelo Imposto de Renda (IR), a taxa de juros real da alternativa deve ser calculada descontando o IR. Muitas alternativas de investimento que parecem atrativas podem se tornar um mau negócio depois de descontado o valor do imposto de renda. Para transformar os valores ao longo do tempo em uma série uniforme é indispensável conhecer a taxa de juros. Esta é a parte mais delicada da análise. A escolha da taxa de juros que não corresponde à realidade inutiliza completamente o estudo.

A Taxa Interna de Retorno (TIR), em inglês, IRR (*Internal Rate of Return*), é a taxa que equaliza (igualava) o valor de um investimento (valor presente) com os seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa; é usada em análise de investimentos e significa a taxa de retorno de um projeto.

2.1. Operações de financiamento antes do embarque das mercadorias

- a) Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC): O ACC é uma modalidade de financiamento bastante utilizada pelas empresas exportadoras brasileiras. Sua importância consiste na aquisição de recursos antecipados ao exportador, a fim de suprir todas as necessidades voltadas às diversas etapas do processo produtivo e de comercialização da mercadoria a ser exportada.

A vantagem de se recorrer a esse tipo de financiamento está no fato de ele permitir ao cliente a obtenção de recursos para produzir seus bens de forma eficiente e eficaz, a um custo financeiro reduzido, uma vez que, na abertura do financiamento, são utilizadas taxas internacionais.

Ademais, ele proporciona ao empresário a aquisição do capital de giro necessário em um prazo de até trezentos e sessenta (360) dias antes do embarque do bem exportado, além de também garantir a isenção do imposto sobre operações financeiras –IOF- que incidiria sobre o produto no caso de outros tipos de financiamentos.

Salienta-se que o valor a ser antecipado às pessoas jurídicas exportadoras dependerá do limite de crédito disponível e definido para a mesma. Quem definirá este limite será a Instituição Financeira utilizada. A partir dele, poderá ser adquirido, antecipadamente, o montante, total ou parcial, em moeda nacional, do valor a ser exportado antes do embarque da mercadoria.

A taxa de juros considerada consiste na soma do “Libor” com o “*spread*” incidente sobre o valor em moeda estrangeira. As tarifas de contratação de câmbio estarão devidamente tabeladas, em consonância com o público em questão, pela Instituição Financeira.

Em relação às formas de pagamento, salienta-se que os encargos (LIBOR *spread*), serão convertidos em reais pela taxa de câmbio verificada no momento da aquisição do financiamento, podendo ser antecipado (data de contratação) ou postecipado (data de liquidação).

Caso o embarque não seja realizado no prazo estabelecido e nem ao menos prorrogado, o exportador deverá devolver ao banco o valor correspondente ao adiantamento, em moeda nacional, além de viabilizar o pagamento dos encargos e o cancelamento da operação. Nestas situações, o ACC será convertido em uma operação de crédito em moeda.

Por fim, menciona-se que a garantia dada a operação fica a critério da Instituição financeira, que considera como item financiável qualquer tipo de mercadoria.

- b) Linhas do BNDES:
- Pré-Embarque: operação realizada com vistas ao financiamento de bens a serem exportados em embarques específicos.
 - Pré-Embarque ágil: operação que financia a produção destinada à exportação de bens, sendo esta vinculada apenas a exportações realizadas durante um período de seis (6) a doze (12) meses.
 - Pré-Embarque especial: operação que financia a produção nacional de bens exportados, sem precisar estar vinculado a embarques específicos. Este tipo de modalidade estabelece um período pré-determinado para a sua efetivação.
 - Pré-Embarque empresa âncora: operação que financia a comercialização de bens produzidos por micro-pequenas empresas, através de uma empresa exportadora (empresa âncora). Neste caso, o financiamento será feito por uma empresa maior, muitas vezes terceirizada, e repartido para as pequenas empresas a ela associadas.

2.2 Operações de financiamento após o embarque das mercadorias

- a) Adiantamento de Cambiais Entregues (ACE): oferecendo algumas vantagens que se assemelham ao ACC, como a isenção do IOF e a obtenção de recursos que facilitam a exportação a um custo financeiro reduzido, o ACE possibilita que as vendas ao exterior realizadas a prazo –até 180 dias- sejam recebidas à vista pelo exportador. Este suporte financeiro ocorre após o embarque da mercadoria.

Esta medida dá ao exportador o capital necessário para continuar realizando suas funções comerciais, ao mesmo tempo em que o cliente não é prejudicado com a extinção das vendas a prazo.

Os beneficiários desta forma de financiamento são as pessoas jurídicas exportadoras em geral, sendo o valor do limite antecipado sujeito ao limite de crédito disponível, definido pela Instituição financeira.

Quanto as taxas de juros e as formas de pagamento, define-se a primeira como sendo a soma do LIBOR com os *spreads* incidentes sobre o valor da moeda estrangeira. As tarifas para contratação de câmbio variam de acordo com o

banco utilizado. Já as formas de pagamento deverão ser realizadas mediante a soma do LIBOR somado ao *spread* convertidos em real pela taxa de câmbio do dia do débito, podendo ser antecipado ou postecipado.

Caso o pagamento não seja efetuado pelo importador, e não havendo prorrogação do prazo, o valor correspondente ao adiantamento, convertido em reais, deverá ser realizado pela empresa exportadora, que ainda ficará com a pendência cambial.

O financiamento poderá cobrir até 100% do valor do contrato de câmbio de exportação, de acordo com o *incoterm* negociado. Quanto a garantia, esta é feita por meio do crédito documentário e do seguro de crédito à exportação – SBCE e outros tipos, conforme a instituição financeira.

Por fim, salienta-se que o ACE não é obrigatoriamente precedido do ACC, no entanto o ACC é automaticamente alterado para ACE, após a entrega dos documentos de embarque.

b) Linhas do BNDES

▪ PROEX

Programa de financiamento às exportações de bens e serviços em geral, o PROEX, tem como objetivo principal promover maior competitividade para as vendas de produtos brasileiros no exterior.

Esses produtos, geralmente máquinas e equipamentos, poderão ser financiados em até 85% do valor FOB da exportação, por um tempo que pode variar de um ano e meio a dez anos, dependendo do tipo de mercadoria e do valor da operação. Do montante transacionado, no mínimo 15% deverá ser pago à vista, e o saldo acrescido de juros, em parcelas trimestrais ou semestrais, iguais e consecutivas, com vencimentos definidos a partir do embarque da mercadoria.

Para a liberação do financiamento exige-se o cumprimento de uma das seguintes garantias:

- Saques aceitos pelo importador, com o aval de um banco de primeira linha;
- Carta de crédito irrevogável, emitida por banco de primeira linha;
- Garantia de liquidação automática das operações conduzidas ao amparo do convênio de créditos recíprocos, quando efetuadas com países convenientes.

Os recursos necessários para a aquisição de fundos voltados ao financiamento advêm do Tesouro Nacional, de bancos brasileiros, de linhas de crédito obtidas pelos bancos junto a banqueiros no exterior ou do próprio exportador.

▪ Pós-Embarque

Por esse sistema, financia-se a comercialização de bens e serviços no exterior, através do refinanciamento ao exportador, ou através da modalidade *buyer's credit*.

A operação *buyer's credit* consiste no financiamento concedido ao importador dos produtos brasileiros por meio de contratos firmados com entidades estrangeiras e o Governo brasileiro. À medida que o financiado recebe o bem ou o serviço contratado, autoriza a liberalização do crédito na conta do exportador.

Cabe destacar que as operações ACC e ACE são utilizadas por mais de 85% das exportações brasileiras, o que denota sua importância para a economia nacional. É um instrumento que serve de auxílio tanto para as micro, médias e grandes empresas devendo portanto, ser amplamente difundido seu uso e procedimentos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tentou demonstrar a importância de uma gestão financeira para não apenas remediar as crises, mas, sobretudo, preveni-las. Diante disto, foram aqui transcorridos vários conceitos e sugestões que de certa forma alertam as empresas para a contratação e capacitação do profissional responsável por esta área.

Este profissional, com o *fora visto*, deve ficar bastante a vontade quando se depara com questões cotidianas relativas ao planejamento, concessão de crédito a clientes, avaliação de projetos de investimentos e captação de fundos para financiar as operações da empresa em que atua, pois será o correto entendimento desses fatores que guiarão as diretrizes escolhidas para serem tomadas pela empresa.

A forma elementar de se fazer uma análise da saúde financeira da empresa é através da correta verificação da demonstração de resultados, do balanço patrimonial e do fluxo de caixa da mesma. Sendo a primeira o resultado

operacional ao longo de um período pré-determinado, a segunda, o posicionamento da empresa num certo momento e o terceiro, a movimentação, passiva e ativa, dentro da mesma.

Como mencionado também, não se poderia esquecer da importância das diversas formas de índices existentes na literatura como instrumento de medição do grau de risco e retorno dependendo de sua proposta e da atividade, positiva ou negativa, da área financeira de uma instituição comercial. Tais índices podem ser de liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade e valor de mercado.

Infelizmente, não conseguimos realizar uma análise profunda da gestão financeira de uma empresa devido a restrição da empresa em disponibilizar os dados necessários. No entanto, realizou-se uma entrevista com uma empresa exportadora do estado do Rio Grande do Norte, a qual norteou a construção desse artigo.

No que tange aos recursos financeiros necessários para se efetivar a adequada produção de seus bens, a Empresa diz fazer uso de recursos próprios e de financiamentos com capital externo. Para este último, foi evidenciada a existência do *EXIMBANK*.

Já as formas de financiamento para exportação comumente procuradas pela mesma são as oferecidas pelo BNDES, o ACC e o ACE; estes últimos solicitados toda vez que é efetivada uma cobrança a prazo.

Segundo o questionado, os bancos oficiais que financiam a exportação cobram taxas diversas que são inversamente proporcionais a quantidade exportada, ou seja, a medida em que as taxas cobradas pelo banco aumentam, a quantidade de bens exportados diminuem.

Como toda operação comercial internacional envolve a troca de moedas, faz-se sempre necessário que a Empresa esteja atenta a todas as diretrizes firmadas pelas políticas governamentais firmadas entre os países. No caso, a Empresa em questão alega que vê com cautela e preocupação a mínima atuação brasileira nas variações do preço da moeda nacional.

Por fim, salientou-se neste trabalho a necessidade muitas vezes inevitável de se fazer uso de financiamentos. Destacou-se a presença do leasing financeiro como forma de financiamento de bens em longo prazo. No caso da exportação, transfigurou-se várias modalidades de financiamentos, seja no pré-embarque, ou seja, no pós-embarque.

Em relação aos financiamentos, percebe-se que modalidades há muitas, de todos os tipos e facilidades, o que muitas vezes falta é o conhecimento da existência delas, o que acaba por impedir a expansão positiva da empresa. Caberia ao gestor financeiro ver quais modalidades de financiamento existem no mercado e de que forma ele poderia usá-las para benefício de sua empresa.

E disto pode-se justificar sem receio de dúvidas a atuação deste profissional em uma empresa, onde ele ligará a economia macroeconômica do mercado, com a economia microeconômica da instituição comercial a qual representa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: Addison Wesley, 2004. 10ª Ed.

Maluf, Sâmia Nagib. **Administrando o comércio exterior do Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Finan%C3%A7a> acessado em 20 de agosto de 2006

RITS-GESTÃO-FINANÇAS. Disponível em:
http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_financtxt01.cfm. Acesso em 20 de agosto de 2006.